

Denise Pereira
(Organizadora)

Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 3



Denise Pereira

(Organizadora)

Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C198	Campos de saberes da história da educação no Brasil 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-456-6 DOI 10.22533/at.ed.566190507 1. Educação – Brasil – História. I. Pereira, Denise. II. Série. CDD 370
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O estudo da História da Educação sempre será muito importante para ajudar a compreender o modelo educacional que possuímos hoje, entender os possíveis erros que ocorreram de forma que possamos preveni-los e evitá-los.

Para se compreender o presente e planejar o futuro é necessário entender o passado, que neste caso é a História da Educação.

Tudo é história e tudo tem história. No processo educacional isso é ainda mais presente.

Os pesquisadores tem se interessado em compreender as ações de educação contidas na sociedade com suas diversas formas e esferas de intervenção.

Outros estudos vão de encontro com o sentido de captar as especificidades da formação e do desenvolvimento institucional observando como este modelo se articula se ao processo da construção da identidade brasileira.

Deste modo, a Editora Atena, realiza uma edição, dirigida especialmente a quem deseja compreender os diversos Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil, acolhe neste e-book a proposta de responder no meio de tantas questões que surgem do debate de compreender a educação no Brasil.

Aqui, os diversos autores investigam as questões diversas destes campos dos saberes, tais como: a arte, a cultura, a história, novas metodologias, identidade brasileira, políticas educacionais, entre outras.

Espero que essas leituras possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MEMÓRIA EM PAUL RICOUER: MÚSICA CAIPIRA E IDENTIDADE CULTURAL DO HOMEM DO CAMPO	
Angela Maria da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5661905071	
CAPÍTULO 2	12
O DIREITO AO SUFRÁGIO FEMININO NO BRASIL E NA ARGENTINA: NOTAS SOBRE DISCURSOS E LUTAS FEMINISTAS	
Adriana do Carmo Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.5661905072	
CAPÍTULO 3	23
O PRINCÍPIO DA CARIDADE NO DISCURSO INSTITUCIONAL DAS IRMÃS DE SÃO VICENTE DE PAULO	
Melina Teixeira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.5661905073	
CAPÍTULO 4	33
OS INOCENTES ÀS PORTAS: ANÁLISE SOCIAL DAS CRIANÇAS EXPOSTAS EM OUTRO PRETO, SÉCULO XIX	
Melissa Lujambio Alves	
DOI 10.22533/at.ed.5661905074	
CAPÍTULO 5	45
PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E TEORIA CRÍTICA: CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DE UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA PARA A DISCUSSÃO DA FORMAÇÃO HUMANA	
Thiago Xavier de Abreu	
DOI 10.22533/at.ed.5661905075	
CAPÍTULO 6	60
“PARA TODOS OS LAVRADENSES, MEU ÚLTIMO ABRAÇO E MEU ADEUS”: HISTÓRIAS DE VIDA DA PROFESSORA MARIA ELENITA (1944-1984)	
Maria Aline Souza Guedes	
Valdenira Meneses Andrade Perone	
DOI 10.22533/at.ed.5661905076	
CAPÍTULO 7	72
ESPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO E A PAZ: LEITURAS A PARTIR DA TEORIA DOS PROCESSOS SOCIAIS DE NORBERT ELIAS	
Nadyne Venturini Trindade	
Bárbara Schausteck de Almeida	
Wanderley Marchi Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.5661905077	

CAPÍTULO 8 83

O ENSINO DA MATEMÁTICA NA EFA JACYRA DE PAULA MINIGUITE: POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES ENTRE PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Wéster Francisco de Almeida
Débora Villetti Zuck

DOI 10.22533/at.ed.5661905078

CAPÍTULO 9 100

EJA, INTERDISCIPLINARIDADE E FORMAÇÃO DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EJA INSPIRADAS NA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Jaqueline Ventura
Keilla Gomes Giron
Dayana Gomes
Daniel Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.5661905079

CAPÍTULO 10 113

CÓDIGO DE MENORES E A EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE SEU DISCURSO E SUAS PRÁTICAS EDUCATIVAS (1927 – 1979)*

Rodrigo Teófilo da Silva Santos

DOI 10.22533/at.ed.56619050710

CAPÍTULO 11 123

PERFORMANCE: PRESERVAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E REGISTRO

Joseane Alves Ferreira
Jane Aparecida Marques

DOI 10.22533/at.ed.56619050711

CAPÍTULO 12 135

REFLEXÕES DA DANÇA À LUZ DOS QUADROS SOCIAIS DA MEMÓRIA

Isis Conrado Haun
Cláudio Eduardo Félix dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.56619050712

CAPÍTULO 13 146

RELAÇÕES ENTRE DIVERSÃO E LOUCURA: ESTUDO DA INTERNAÇÃO NO HOSPITAL COLÔNIA DE BARBACENA, 1934 A 1946

Marcelle Rodrigues Silva
Maria Cristina Rosa

DOI 10.22533/at.ed.56619050713

CAPÍTULO 14 154

REPRESENTAÇÕES DAS AMÉRICAS NO PERIÓDICO “O UNIVERSAL”, 1825-1842

João Eduardo Jardim Filho

DOI 10.22533/at.ed.56619050714

CAPÍTULO 15 164

DIOGO GOMES E OS PORTUGUESES NOS NEGÓCIOS DO SENEGAL E GAMBIA NO SÉCULO XV

André Felipe De Souza Menezes

DOI 10.22533/at.ed.56619050715

CAPÍTULO 16	171
TRAÇOS DA CIDADE: RELEITURA DOS REGISTROS DE DEBRET NO RIO DE JANEIRO	
Bruno Willian Brandão Domingues	
DOI 10.22533/at.ed.56619050716	
CAPÍTULO 17	183
CIVILIZAR O CORPO AS MODAS E AS MODISTAS NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX	
Mariana de Paula Cintra	
DOI 10.22533/at.ed.56619050717	
CAPÍTULO 18	192
A MIGRAÇÃO INTERNA NO BRASIL E COMO LIDAMOS COM SUA MEMÓRIA: DIFERENTES OLHARES ENTRE QUEM MIGRA E QUEM PERMANECE EM UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CIDADE DE RESENDE COSTA-MG	
Eduardo Filipe de Resende	
DOI 10.22533/at.ed.56619050718	
CAPÍTULO 19	200
UM EXERCÍCIO À GUIA DE REFLEXÃO TEÓRICA: DIFERENTES INTERPRETAÇÕES ACERCA DO POPULISMO NO BRASIL E SOBRE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA	
Patrícia Costa de Alcântara	
DOI 10.22533/at.ed.56619050719	
CAPÍTULO 20	212
UMA SÍNTESE DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEDICINA NO BRASIL: SEUS ATORES E SUAS PRÁTICAS	
Cássia Regina da Silva Rodrigues de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.56619050720	
CAPÍTULO 21	221
VESTÍGIOS DO PASSADO NAS PÁGINAS DOS IMPRESSOS JORNALÍSTICOS	
Simone Bezerril Guedes Cardozo	
DOI 10.22533/at.ed.56619050721	
CAPÍTULO 22	229
REFLEXÕES ACERCA DO MITO DE SÃO TIAGO: HAGIOGRAFIA E OS MILAGRES DO <i>LIBER SANCTI JACOBI</i>	
Cristiane Sousa Santos	
DOI 10.22533/at.ed.56619050722	
CAPÍTULO 23	244
O CARNAVAL NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM - PA: ASPECTOS ESTRUTURAIS E ORGANIZACIONAIS	
Carlindo Silva Raiol	
Jeanny Marcelly Barreto Bentes	
DOI 10.22533/at.ed.56619050723	

CAPÍTULO 24 253

O ENSINO DE HISTÓRIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA E SUA INTERAÇÃO COM AS NOVAS
TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (NDTIC)

Otiliana Farias Martins
Maria Zilah Sales de Albuquerque
Carlos Alberto dos Santos Bezerra
André Magalhães Boyadjian

DOI 10.22533/at.ed.56619050724

SOBRE A ORGANIZADORA..... 264

OS INOCENTES ÀS PORTAS: ANÁLISE SOCIAL DAS CRIANÇAS EXPOSTAS EM OUTRO PRETO, SÉCULO XIX

Melissa Lujambio Alves

Universidade Federal de Viçosa, Departamento de História, Viçosa – Minas Gerais

RESUMO: O objetivo deste artigo é explorar os registros de inocentes expostos nos assentos de batismo da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, refletindo sobre a infância abandonada na Vila de Ouro Preto, Minas Gerais entre os anos de 1803 e 1878. Buscou-se compreender o lugar social dessa população, visto que não existiam na localidade instituições laicas ou eclesiais que se dedicassem a recolher as crianças abandonadas e estas eram deixadas às portas da vizinhança. Foram analisados os aspectos sobre a concepção de infância que transparecem dessas práticas; a vulnerabilidade desse grupo social por meio de taxas de mortalidade; as altas taxas de crianças expostas em determinados períodos (ilegitimidade, crises econômicas e de alimentos, epidemias); e as causas possíveis que teriam levado ao declínio da exposição como alternativa às famílias que dela faziam uso. Os dados dos registros de batismos e óbitos e da lista nominativa foram recolhidos pelo grupo de estudantes da disciplina Técnicas e Métodos de Pesquisa em História, do curso de História da Universidade Federal de Viçosa, ministrada pelo prof. Fábio Mendes, em 2017.

PALAVRAS-CHAVE: história, infância, abandono de crianças, Ouro Preto.

THE INNOCENT AT THE GATES: SOCIAL ANALYSIS OF EXPOSED CHILDREN IN OUTRO PRETO, 1TH CENTURY

ABSTRACT: The purpose of this article is to explore the records of innocents exposed in the baptism seats of the parish of Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, reflecting about abandoned childhood in the town of Ouro Preto, Minas Gerais between the years of 1803 and 1878. It was sought to understand the social place of this population, since there were no secular or ecclesiastical institutions in the locality that dedicated themselves to collecting the abandoned children and these were left at the doors of the neighborhood. The aspects on the conception of childhood that are reflected in these practices were analyzed; the vulnerability of this social group through mortality rates; high rates of children exposed at certain times (illegitimacy, economic and food crises, epidemics); and the possible causes that would have led to the decline of exposure as an alternative to the families that used it. The data of baptisms and deaths and of the nominative list were collected by the group of students of the discipline Techniques and Methods of History Research, of the History course of the

Federal University of Viçosa, taught by prof. Fábio Mendes, in 2017.

KEYWORDS: history, childhood, abandonment of children, Ouro Preto.

1 | INTRODUÇÃO

A História da Infância no Brasil constitui um campo fértil, porém ainda pouco explorado pela historiografia nacional. Os desafios que se impõem a este recorte da vida social também são constatáveis em outros temas, especialmente com relação aos séculos do regime colonial e imperial. Destaca-se a dificuldade em reunir um volume considerável de dados em série, devido ao mau estado de conservação e sistematização dos arquivos por muitos anos. Apesar disso, alguns trabalhos de grande fôlego e relevância tornaram-se marco e fundamento para novas pesquisas: autores como Maria Luiza Marcílio, Renato Venâncio e Renato Franco. Trata-se de um trabalho de história regional, realizado de forma comparada com os referenciais teóricos, mantendo-se as propostas como hipóteses, visto a impossibilidade de lançar resultados conclusivos.

O objeto desta pesquisa são as crianças expostas encontradas nas fontes selecionadas: registros de batismo da Matriz de Nossa Senhora da Conceição nos anos de 1803, 1804, 1805, 1868 e 1878. Foram escolhidos três anos no início do século e dois no final, já que seria inviável, para o espaço deste trabalho, recolher dados de uma série maior. Caso se optasse pela seleção aleatória, também não haveria uma sequência de três anos no início do século que permitisse avaliar se as taxas de exposição foram pontuais em apenas um ano ou se se trata de uma tendência conjuntural.

Desse modo, buscou-se realizar um exercício exploratório das fontes, com um método quantitativo e análise qualitativa, de forma a averiguar quais as suas relações possíveis com a bibliografia cotejada: aproximações, acréscimos à discussão ou contradições, compreendendo o lugar social das crianças abandonadas (expostas ou enjeitadas) na sociedade das Minas Oitocentistas. Alguns itens discutidos foram os tipos de moradias que recebiam e acolhiam essas crianças, em Antônio Dias, no século XIX, dada a ausência de casas destinadas a essa função (Casas da Roda); as taxas de mortalidade desse grupo social, de forma a apontar aspectos da vulnerabilidade do mesmo; e hipóteses sobre as taxas descendentes de exposição ao longo do século.

Espera-se, com isso, contribuir de alguma forma para os estudos sobre os fenômenos da marginalidade e exclusão na história brasileira, ressaltando as possíveis relações que esse tipo de análise possa oferecer para uma melhor compreensão da atualidade.

2 | OS SIGNIFICADOS DA INFÂNCIA E DA INFÂNCIA ABANDONADA

Atualmente, o termo “infância” abarca concepções que variam com a classe socioeconômica, a cultura própria de cada região e a religiosidade. Mesmo aquilo que poderia ser computado e quantificado em números, a idade, está sujeita a diferentes interpretações. Em alguns lugares, a infância se estende até a adolescência, por volta dos treze e quatorze anos. Em outros, é encurtada para que a criança possa ter sua força de trabalho explorada por imposição da pobreza extrema.

Além disso, no passado a infância poderia ser percebida como algo diferente do que se entende hoje. A criança no medievo não era sequer considerada um ser dotado de inteligibilidade (MARCÍLIO, apud FRANCO, p. 38). Já com relação às crianças africanas escravizadas, a idade em que era dada como encerrada a sua infância poderia ser ainda menor, até antes dos doze anos de idade, pois os senhores e traficantes achavam-se ávidos pelo lucro que com seu trabalho poderiam extrair. A corrente ideia de que a criança é dotada de direitos a ela inerentes só emergiria recentemente, com a criação da Primeira Carta de Direitos Universais da Criança em 1924. Ou seja, a percepção da infância também é dotada de historicidade, ou dito de outro modo:

Ainda que os discursos insistam sempre em noções ideais, a percepção da infância está diretamente ligada à experiência histórica, às circunstâncias econômicas e às condições sociais de cada comunidade. (FRANCO, 2014: 37)

Geralmente, na América Portuguesa e no Brasil Império, às crianças em seus primeiros anos de vida atribuía-se o termo “inocente” ou “párvulo”, o que indicava que era “puro de alma e livre de todo gênero de pecado”, desde que batizado. Caso viesse a falecer até os sete anos, portanto, seria dispensado do sacramento da extrema-unção e era chamado de “anjinho”, podendo-se tornar uma devoção para as populações locais. (FRANCO, 2014: 39) Percebe-se, desse modo, como as concepções religiosas da vida e da morte estavam entranhadas na percepção da infância.

Vale ressaltar que na lista nominativa faltavam informações com relação à idade da maioria das crianças registradas nos domicílios. Para conseguir essa informação, de modo a recompor a “fotografia” daquela sociedade no ano de 1804, foi necessário cruzar os dados da lista nominativa com os dos registros de óbito. Assim, foi possível recuperar as idades das crianças que haviam sido registradas com o termo geral de “inocentes”, termo bastante elástico, e, em alguns casos, foi necessário fazer aproximações. Por meio de uma estimativa, determinaram-se os limites da infância pela faixa etária entre as idades entre 0 e 9 anos.

Entretanto, o abandono de crianças criou uma categoria específica de compreensão da infância. Renato Venâncio, ao caracterizar o que seria uma criança abandonada no universo europeu e cristão dos séculos XVII-XIX, ressalta a inexistência da expressão “criança abandonada”, utilizando-se ao invés disso os termos “enjeitado”

ou “exposto”. Esses termos, segundo o referido autor, viriam para o Brasil carregados de uma visão negativa que aqui se aprofundaria, pois “os enjeitados eram tidos como bastardos, e a opinião oficial a respeito dos pais era a pior possível.” (VENÂNCIO, 1999:20)

A infância dos enjeitados poderia ser ainda mais curta que a das crianças com famílias, por assim dizer, uma vez que se dava por encerrado aos sete anos de idade o período em que as instituições se responsabilizariam por seu sustento e criação, conforme estabelecido pela legislação do período. Após essa idade, a criança exposta poderia ser legalmente conduzida ao trabalho, como auxiliar e aprendiz. Mas haveria relatos de crianças que antes mesmo dessa idade já eram postas a trabalhar nas casas dos que as recebiam para criar, embora isso devesse ser fiscalizado pelos membros da mesa das Casas da Roda ou da Câmara Municipal.

Por isso, pode-se dizer que, apesar de no Brasil haver grande influência dos modelos familiares portugueses, as especificidades históricas que marcaram o processo de colonização ressignificaram muitos aspectos dessa “herança colonial”, produzindo outras concepções de infância e atribuindo-lhes cuidados diferentes, ainda que comparáveis aos da metrópole. Se em Portugal, haveria uma série de medidas adotadas pelo Estado e pela Igreja para o acolhimento das crianças abandonadas, no Brasil isso se daria de forma rarefeita.

3 | OS USOS DO ABANDONO

Na metrópole havia uma legislação própria e uma série de instituições ligadas ao acolhimento das crianças abandonadas, especificamente as Casas da Roda, mas na colônia existiram apenas duas durante os primeiros anos do século XIX: as Casas da Roda da Bahia (Salvador) e do Rio de Janeiro eram as únicas. Na Província de Minas Gerais, não havia instituição que pudesse ser responsabilizada por isso, já que os hospitais que poderiam ser utilizados com essa finalidade eram raros e mal equipados. As crianças eram abandonadas às portas das casas, durante a noite, à espera que a “caridade” e “piedade” dos que ali habitavam fossem suficientes para recebê-las.

De acordo com a legislação portuguesa, as Câmaras Municipais deviam entregar uma quantia às Casas de Misericórdia para que estas pagassem os custos da criação a quem abrigasse uma criança exposta. Mas esses valores teriam sido sempre irrisórios e insuficientes para tal intuito, de modo que, segundo Venâncio e Franco, isso teria pouco influenciado na opção por acolher ou não. Aquelas alegavam escassez de recursos, o que se considerarmos as afirmações de Laura de Mello e Souza, e muitos outros historiadores das Minas Oitocentistas, poderia fazer sentido. Assim, acabavam por esquivar-se do compromisso com frequência e, para Venâncio, a criação dos enjeitados não teria se constituído como um bom negócio (1999:61).

Renato Franco aponta com base na documentação analisada que “ainda em 1803, a mesa da misericórdia de Vila Rica pediu esmola régia porque se achava em

‘grande pobreza, sem poder, por falta de créditos (...) assistir a despesa dos enfermos que no Hospital se recolhem’ (1999:60). Desse modo, muitas câmaras não instituíram o subsídio dos enjeitados, embora todas devessem fazê-lo. Para muitos, inclusive, o pagamento pela criação das crianças por parte da Câmara seria motivo de estímulo ao enjeitamento, fazendo crescer as taxas de abandono.

Por outro lado, acolher uma criança exposta era considerado um ato de caridade estimulado pela Igreja. Era comum que padres e moradores das freguesias de Vila Rica falassem em refugiar a pobreza e aumentar a caridade, como se fazia nas “terras principais”. Além do teor de disputa por status social, provavelmente presente nesse tipo de reivindicação, também haveria, segundo Franco uma herança dos tempos medievais europeus, que objetivaria a “caridade como uma forma de santificação cotidiana”, sobretudo após o Concílio de Trento. Portanto, a piedade seria capaz de instaurar “relações de reciprocidade pela quais se formava um corpo social”. (2014:49) Por conseguinte, “a atitude complacente em face do enjeitamento era apresentado como um importante meio de salvaguardar a vida das crianças” (VENÂNCIO, 1999: 21). Isto é, já que os pais, por motivos diversos, não tinham condições de criarem a criança, seria preferível que ela fosse acolhida por uma família ou por uma instituição que pudesse fazê-lo, do que deixar que aquela vida se extinguisse ou que viesse a engrossar as fileiras da indigência.

Além disso, segundo Venâncio, o infanticídio e o aborto eram considerados mais graves do que o enjeitamento. Segundo Venâncio, chegou-se, inclusive, a distinguirem-se dois tipos de abandono. O selvagem, no qual a criança era deixada na rua, em locais inóspitos, e por vezes devorada por cães e outros bichos, o que obviamente, chocava as comunidades, que condenavam o ato e os pais que a isso recorreram. E o abandono civilizado, no qual a criança era deixada à porta de alguém ou na Casa da Roda, onde havia. Esse tipo de abandono é que poderia ser considerado um ato de amor dos pais, uma forma de preservar a pequena possibilidade de sobrevivência que a criança possuía, sacrificando-se por ela.

Nesse sentido, surge a hipótese de que, em uma sociedade em que as taxas de mortalidade infantil eram altíssimas, preservar a vida de quantas crianças possível era essencial para o desenvolvimento da sociedade, inclusive o econômico. Daí a preocupação social de, aliado a uma valorização da caridade católica, acolher as crianças expostas. Contudo, Luiz Vailati aponta em sua tese que essa preocupação só iria se manifestar muitíssimo mais tarde, já em fins do século XIX, com a emergência da classe médica na Corte. Esta reforçaria a “tendência a atribuir significados novos – e bem mais negativos – à morte infantil, apresentada por esses doutores como obstáculo ao tão necessário povoamento da nação” (2010, p. 45).

Em suma, Franco aponta que nenhuma irmandade de Misericórdia, “durante a idade do ouro, deitou raízes na vida social mineira, observando-se ali o modelo informal de caridade”, realizado “pelo amor de Deus”. (1999: 55) Os preceitos religiosos assumiriam uma função social importante, dada a ausência do Estado.

4 | QUEM SÃO AS CRIANÇAS ENJEITADAS?

Caracterizar o sexo e a cor dos enjeitados poderia contribuir para compreender melhor quem são essas crianças, quais seriam suas origens possíveis, o lugar social que ocupavam e os motivos da exposição ter sido uma prática corrente no século XVIII e início do XIX. A partir do tratamento das fontes aqui observadas, observou-se apenas três casos a mais de meninas que de meninos. Essa diferença tão pequena poderia ser um indicador de que não se fazia acepção de sexo na decisão por abandonar ou não a criança à porta de outrem.

Por outro lado, nos dados compilados por Renato Franco para a Freguesia de Nossa Senhora do Pilar no século XVIII, haveria maior variação quanto ao sexo das crianças ao longo do tempo. Segundo esse autor, a razão da masculinidade na paróquia do Pilar seria de 84,4, enquanto na de Antônio Dias seria de 89,1, portanto, ligeiramente maior. Ainda assim, seriam mais baixas do que as proporções mais comuns para a América portuguesa. Desse modo, “o índice encontrado em Vila Rica comprova que se enjeitavam mais meninas que meninos, embora houvesse apenas uma pequena diferença entre os sexos”. (FRANCO, 2014: 80) Por isso, não seria possível afirmar, de modo geral, que a opção pelo abandono baseava-se no gênero das crianças.

Com relação à cor de pele dos enjeitados, torna-se ainda mais difícil a análise, pois este era um atributo confuso, ainda mais quando se tratava de recém-nascidos dos quais se desconhecem os pais. Além disso, Franco afirma que muitos párocos preferiam negligenciar tal característica no registro de batismo, a fim de facilitar a reivindicação do subsídio necessário à criação da criança pela Câmara. (FRANCO, 2014: 81) Isso porque a entrada de crianças mestiças na Câmara foi proibida por muitos anos, apesar das Ordenações Filipinas recomendarem o recebimento de todas as crianças possíveis. Mais do que a escassez de recursos, percebem-se justificativas para a construção e manutenção do racismo. Para Franco, os discursos institucionalizados dão respaldo às afirmações sobre o forte preconceito racial português. A sociedade mineira conviveu com visões institucionalmente estabelecidas que evidenciavam um direcionamento hierárquico. Assim, “os raros exemplos de ascensão social de negros e mulatos, presentes no século XVII, tornaram-se ainda menos frequentes no século seguinte, assistindo-se ao endurecimento legal em favor da ‘limpeza de sangue’”. (2014: 135)

Nesse sentido, também argumenta Venâncio, ao analisar os bilhetes deixados pelas mães junto às crianças lançadas na roda, que a cor branca foi, durante os séculos XVIII e XIX, um pretexto para se argumentar em favor do enjeitado. Muitos eram os que afirmavam ser a criança branca, livre ou filha de pessoas brancas e nobres da sociedade. (VENÂNCIO, 1999: 75-85) Ou seja, a mestiçagem dificultaria a “piedade dos outros” e torna-se elemento de questionamento da “misericórdia” nessa sociedade, argumento pelo qual se pautava a administração dos expostos.

A informação sobre a cor não constava nos registros de batismo, mas pôde ser resgatada a partir da lista nominativa de 1804 para Freguesia de Antônio Dias. Apesar do alto percentual de casos em que a cor da pele dos expostos não foi registrada no censo (aprox. 55%), dos que constam com esta informação, a maior parte foram dados como “brancos” (aprox. 26%) e apenas 2,6% eram “crioulos” (negros nascidos no Brasil). Também se considera expressivo o percentual de aproximadamente 15% de expostos “pardos”, nomenclatura que designava a mestiçagem. Nesse caso, em Vila Rica, quando a Câmara passou a pagar pela criação de expostos, a visão hierárquica que fundamentava privilégios raciais logo passaria a desclassificar e proibir a entrada de criadores para os inocentes negros e pardos. (FRANCO, 2014: 231)

Se a exposição de filhos de escravas poderia representar, para estas, uma forma de libertá-los do jugo da escravidão, uma vez que todas as crianças aceitas pela Câmara como enjeitadas eram consideradas livres, não há registros de crianças negras enjeitadas. O que torna plausível pensar que as mães escravas não tinham acesso a essa estratégia, mesmo porque, de modo geral, não seria interesse dos senhores entregar crianças escravas, já que estas possuíam um valor comercial considerável e significavam mão de obra valiosa. Além disso, ao receber uma criança negra, as autoridades eclesiásticas procurariam rastrear sua origem a fim de devolvê-la à mãe e/ou senhor.

Por conseguinte, a maior parte das crianças expostas era branca, seguida de mestiços e, raramente, de negros, escala que poderia reforçar o argumento da ilegitimidade entre a população livre como origem dos abandonos, além da ideia de proteção da honra de mulheres brancas da elite, caso no qual dificilmente seriam criadas pela mãe “natural”. O fato de serem crianças de famílias mais abastadas e até mesmo ilustres da sociedade teria contribuído para que houvesse uma maior convivência por parte das autoridades laicas e eclesiásticas com relação à prática do enjeitamento. Mas, como a filiação deveria ser um segredo, também não haveria como deixar de receber as crianças de mães pobres, o que acabou por nivelar, de certa forma, o tratamento dado às crianças de ambos os grupos sociais.

Para o caso da freguesia de Antônio Dias, confirma-se a grande ocorrência da ilegitimidade de crianças. Do total de nascimentos nos anos selecionados, cerca de 36% foram registrados como “naturais”, 9% como “expostos” e 55% como “legítimos”. Se a ilegitimidade for considerada a causa principal de enjeitamento, como explicar a porcentagem de registros de filhos “naturais” (“ilegítimos”) tão elevada, a ponto de ficar pouco atrás da legitimidade? E a concomitante existência de um grande percentual de filhos expostos? Se o enjeitamento fosse alternativa direta para a não criação de filhos ilegítimos, essas taxas não seriam tão altas ao mesmo tempo.

Seria necessário apontar outros fatores que poderiam levar ao enjeitamento: os filhos de nascimentos espúrios (relações de natureza ilegal ou impedimento religioso), como seria o caso dos muitos filhos de padres; como forma de evitar o aborto ou infanticídio; a proteção da honra feminina, etc. Isto é, a ilegitimidade não daria conta

de explicar, isoladamente, as taxas de abandono, e a ela devem-se aliar outras possibilidades. Contudo, isso não nega absolutamente a hipótese de ilegitimidade como razão para abandono. O que pode ser considerado é uma especificação de como isso se daria. Se a ilegitimidade é uma das possibilidades que levava ao enjeitamento, essa relação teria maiores chances de ocorrer entre um grupo da sociedade para a qual os frutos de relações ilegítimas seriam um grande problema.

Ainda assim, a causa considerada de maior relevância seria, sobretudo, a pobreza das famílias, ressaltando-se que nem todas as mães pobres enjeitavam os filhos e são muitos os casos de períodos e lugares de maior pobreza nas quais as taxas de enjeitamento foram baixas. Nesse sentido, Sheila de Castro Faria (1998: 75) argumenta que a pobreza em áreas urbanas, como é o caso de Antônio Dias, tem caráter imediato e impeditivo. Diferentemente das zonas rurais, na cidade, os pobres não poderiam se “dar ao luxo” de formar mão de obra para si em épocas de instabilidade. Ter um filho requereria um investimento que poderia agudizar situações já precárias e abandonar uma criança que nascesse em tais condições seria uma forma de reestabelecer um equilíbrio familiar econômico.

Por outro lado, o gráfico abaixo é fruto do levantamento de dados nos registros de batismo da Matriz de Nossa Senhora da Conceição estimado para ao longo do século XIX e pode apontar outras direções.

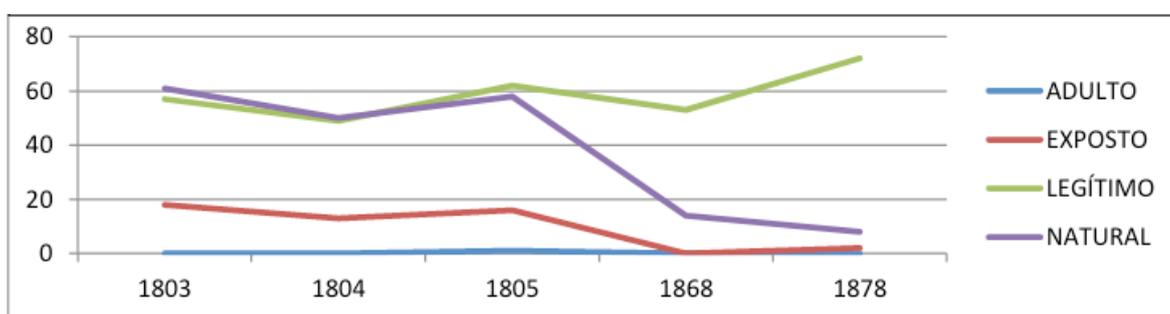


GRÁFICO 1 – Condições de legitimidade dos batizados na Freguesia de Antônio Dias (século XIX) – população total (livres, escravos e forros)

Apesar de considerar os nascidos de mães escravas, o que poderia elevar os números de filhos naturais, as linhas apontam que, à medida que crescem os registros de filhos legítimos, decaem os de filhos naturais e expostos. Assim, se o enjeitamento de crianças fosse uma estratégia de evitar a criação das ilegítimas entre todos os grupos sociais, os casos de filhos naturais deveriam decrescer em proporção inversa aos de abandono, de forma a transferir os daqueles para estes, mas observa-se no gráfico acima justamente o contrário. Portanto, o enjeitamento se dava pelos mais diversos motivos, que variavam de acordo com as especificidades de cada momento e região, que se revelava uma alternativa a todos os segmentos da população e que seria uma forma de “subtrair crianças à responsabilidade familiar e obter pecúlio para sua criação”. (2014:71) Junto com Franco, pode-se concluir sobre o enjeitamento

como estratégia social e familiar de diversos grupos, de modo que o autor afirma:

Para o Senado, o enjeitamento deveria ser privilégio de poucos, o que, efetivamente, nunca se concretizou. O **abandono serviu a todos os segmentos**, ainda que a municipalidade tenha tentado repetidamente impedir os avanços de mestiços. (FRANCO, 2014:139 – grifo nosso).

5 | O DESTINO DOS ENJEITADOS E O DESAFIO DOS PRIMEIROS MESES

O destino dos enjeitados é outra questão difícil de acompanhar, pois aqueles que conseguiam sobreviver aos duros primeiros meses e anos de vida, poderiam trilhar caminhos diversos. Caso superassem as dificuldades das técnicas de alimentação de recém-nascidos, que eram precárias longe da amamentação, os expostos poderiam chegar à vida adulta e assumir diversas ocupações, criar novas famílias e movimentar-se na hierarquia social.

No censo de Antônio Dias em 1804, encontram-se 78 pessoas registradas como expostas, de um total populacional de 4.599, ou seja, os expostos representavam aproximadamente 1,7% da população. Esse dado diverge daquele apresentado anteriormente, em que os expostos perfazem cerca de 9% dos nascimentos, o que pode ser indicativo do destino trágico da maior parte dessas crianças. As taxas de mortalidade encontradas neste trabalho foram altíssimas, conforme mostra a tabela abaixo.

Tx. Mort. Infantil de expostos em 1804	500	Nasceram 14 e morreram 7 “expostos”
Tx. Mort. Infantil de expostos em 1805	437,50	Nasceram 16 e morreram 7 “expostos”
Tx. Mort. Infantil Geral em 1804	513,27	Nasceram 113 e morreram 58 “inocentes”
Tx. Mort. Infantil Geral em 1805	369,56	Nasceram 138 e morreram 51 “inocentes”
O cálculo foi realizado com base nos registros de batismo e óbito no ano de 1804 e 1805 e no método da demografia social. Assim, o coeficiente de mortalidade infantil é obtido dividindo-se o total de óbitos de determinada população pelo total de nascimentos da mesma, durante o mesmo período de tempo.		

Os cálculos dos coeficientes podem ter sido prejudicados pela disponibilidade e qualidade dos dados constantes nos registros paroquiais utilizados. Aponta-se um problema recorrente no Brasil que neste caso seria o da sub numeração de grupos etários jovens, de 0 a 5 anos e de 5 a 10 anos (SANTOS, 1980: 109). Com relação aos expostos, é provável que esse problema seja ainda maior, já que muitos morriam antes do batismo e sem que fosse registrado o óbito, dadas as difíceis condições de sobrevivência dos desamparados às portas das casas.

Ainda assim, os coeficientes obtidos a partir dos dados levantados poderiam indicar informações importantes. A princípio, esperava-se que as taxas de mortalidade apontassem para um risco maior dos expostos do que dos inocentes de modo geral. No entanto, o que se verificou para o ano de 1804 foi o oposto, ou seja, sendo a taxa de mortalidade dos expostos menor que dos inocentes, pode-se dizer que o fato de

uma criança ter sido abandonada, não implicaria um risco de vida necessariamente maior nos primeiros anos.

Por outro lado, para o ano de 1805, observa-se que a taxa de mortalidade de expostos foi aproximadamente 18% maior do que a mesma taxa para a população geral de inocentes. Essa diferença já pode ser considerada demonstrativa de maior risco para os expostos, apesar de ainda ser pequena se levadas em consideração as variáveis independentes às quais a mortalidade de expostos estaria submetida. Esses dados, contudo, não são conclusivos e seria necessária uma análise mais aprofundada dos mesmos.

Com relação aos enjeitados criados nas Casas da Roda, conforme aponta Venâncio (1999:), era comum que estas fossem submetidas a regimes semelhantes ao da escravidão, apesar de serem legalmente consideradas livres. Talvez o fato de terem recebido criação em um espaço familiar e com um mecanismo de criação que evitava a circulação mais intensa que se verificava em localidades que possuíam instituições destinadas à administração e criação dos expostos, tenha possibilitado maior inserção social dessas crianças em vilas como Ouro Preto.

6 | TAXAS DE ABANDONO E DECLÍNIO DA EXPOSIÇÃO

Ao retomar o gráfico 2, caberia perguntar-se por quais motivos a taxa de crianças expostas é tão elevada no início do século XIX, enquanto na segunda metade do mesmo século ela passa a ser inexpressiva, já que nenhuma criança consta como tendo sido assim abandonada no ano de 1868 e apenas 2 no ano de 1878. No gráfico abaixo, pode-se observar isoladamente a linha de movimento das taxas de exposição ao longo dos anos analisados neste trabalho.

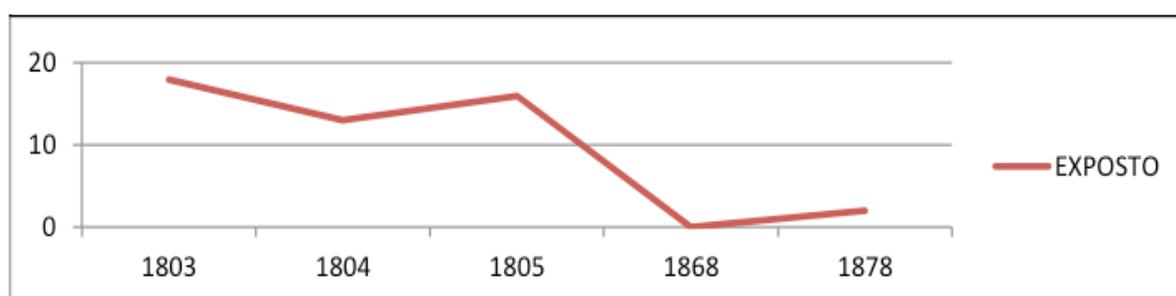


GRÁFICO 2 – Inocentes expostos na Freguesia de Antônio Dias (século XIX)

No caso de Ouro Preto, poder-se-ia apontar a decadência da escravidão como um dos motivos do declínio da taxa de exposição de crianças. Isso porque, uma vez que o número de escravos que conquistavam a liberdade iria aumentando progressivamente até 1888, quando a instituição foi definitivamente abolida, também aumentava a proporção de famílias estruturadas e com capacidade de abarcar as crianças nascidas, proporcionando também menores taxas de ilegitimidade. Porém, essa explicação não se aplicaria adequadamente à outras informações obtidas com

as análises dos dados, pois a maior parte dos expostos não eram filhos de escravos, registraram-se como sendo de cor “branca”. Apenas as taxas de naturalidade se encaixariam nessa explicação.

Em segundo lugar, caberia apontar uma hipótese levantada por Franco para o século XVIII: a diminuição da população em Vila Rica, o que teria diminuído também as taxas de abandono dos recém-nascidos, pela menor pressão demográfica sobre aquela sociedade. Apesar de esse declínio populacional ser apontado por muitos historiadores como um reflexo da decadência da produção aurífera na região das minas no final do século XVIII, o mesmo não se deu no século XIX. Pelo contrário, a população de Ouro Preto e, especificamente, a paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, perceberam um incremento significativo, sustentado pela atividade comercial, pela produção agrícola familiar e pelo artesanato. Assim argumentam Carrara (2006), Botelho (2013), Carla de Almeida (2010) e Liliane de Castro Vieira (2016).

Assim, a terceira hipótese encontrou maior esteio, mostrando que o declínio e suas causas acompanham um movimento que acontecia não só em Ouro Preto, como também em outras localidades do Brasil e da Europa. Isso relaciona-se à decadência das tradicionais formas de auxílio à infância abandonada (VENÂNCIO, 1999: 167), uma vez que surgem nas últimas décadas do século XIX novas instituições, regidas agora pelo Estado e embasados em pressupostos “científicos” que ganhavam espaço na época. Clínicas pediátricas e orfanatos passariam a oferecer novas oportunidades às famílias pobres como substituição às portas ou às Casas da Roda. Nesse sentido, Venâncio aponta que esse declínio também se verificaria nos registros das Casas da Roda da Bahia e do Rio de Janeiro ao longo do século XIX. Pode-se dizer que, com o advento da modernidade, foi-se caminhando no sentido de laicizar a assistência à infância, de modo que, atualmente, responsabiliza-se o Estado pela promoção de políticas públicas que abarquem esta parcela da população, além de ser questão tratada como saúde pública.

Em suma, a exposição de crianças, fosse às portas da vizinhança, fosse às Casas da Roda, deixaria de ser um recurso possível às famílias para exercerem certo controle da prole, para manter a honra pessoal, para aliviar estados de pobreza extrema, ou outros motivos. Naquela sociedade, certamente o leque de escolhas era muito mais reduzido que o da atualidade e as imposições das dimensões naturais, econômicas e sociais da vida muito mais dramáticas. Ali, a exposição de crianças só deixaria de ser recorrente quando outras possibilidades se apresentaram e foram, vagarosamente, transformando mentalidades, usos, costumes, concepções e sensibilidades sobre a infância e a família.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. **Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. Prefácio, Introdução, Capítulo I e Capítulo II. P 15-70.

BOTELHO, Tarcísio R. “A família mineira no século XIX”. In: REZENDE, Maria Efigênia Lage de Resende e VILALTA, Luiz Carlos (orgs.). **História de Minas Gerais – A Província de Minas**. Volume 2. Belo Horizonte: Autentica Editora; Companhia do Tempo, 2013, p. 267-282.

CARRARA, Angelo Alves. **Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006. Apresentação e Introdução, p. 11-75.

FRANCO, Renato. **A Piedade dos Outros: o abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII**. Rio de Janeiro: FGV EDITORA/FAPERJ, 2014.

MARCILIO, Maria Luiza. “A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil, 1726-1950”. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 51-76.

MOREIRA, Cláudia Regina B. S. **Século XVIII: os enjeitados**. Disponível em <<http://ainfanciadobrasil.com.br/seculo-xviii-os-enjeitados/>> Acesso em: 30 de outubro de 2017.

TRINDADE, Judite Maria B. **O abandono de crianças ou a negação do óbvio**. Rev. bras. Hist. vol.19 n.37 São Paulo Sept. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100003> Acesso em 30 de outubro de 2017.

VAILATI, Luiz Lima. **A morte menina: infância e morte no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)**. São Paulo: Alameda, 2010.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador : séculos XVIII e XIX**. Campinas, SP: Papirus, 1999.

VIEIRA, Liliane de Castro. **Ouro Preto e o século XIX: o mito da decadência**. Revista CPC, São Paulo, n.22, jul./dez. 2016, p.145-189.

SOBRE A ORGANIZADORA

Denise Pereira: Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-456-6



9 788572 474566